

# humanitas

Vol. LV

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



# HUMANITAS

Vol. LV • MMIII



JOSÉ D'ENCARNAÇÃO<sup>1</sup>  
JOSÉ RAFAEL CORREIA DA SILVA<sup>2</sup>  
Universidade de Coimbra

UMA ESTELA FUNERÁRIA ROMANA DE *AMMAIA* REENCONTRADA  
(IRCP 622)

Emílio Hübner colheira a informação acerca da existência de CIL II 161 (= ILER 4241)<sup>3</sup> no manuscrito madrileno de D. José Cornide, dando a referência 18, 37<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

<sup>2</sup> Licenciado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

<sup>3</sup> Abreviaturas utilizadas: CIL = Emílio Hübner, *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II, Berlim, 1869 e 1892; ILER = José VIVES, *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972. IRCP = José d'ENCARNAÇÃO, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984. Destes três *corpora*, salvo indicação expressa em contrário, as citações referem-se ao número da inscrição.

<sup>4</sup> Pedimos a Helena Gimeno a gentileza de nos dar uma informação mais precisa acerca deste manuscrito de Madrid, ao que amavelmente nos respondeu:

«El ms. al que se refiere Hübner en CIL II 161 (y en otros sitios más) de Cornide está en la Real Academia de la Historia. Los números 18. 37 son la signatura antigua que tampoco está puesta correctamente por Hübner pues debiera haber escrito Est. 18. 3. 37. No son pues ni folios ni páginas, porque se trata de schedae sueltas y no tienen ningún tipo de paginación. La signatura actual de dicho manuscrito (que sigue sin estar ni foliado, ni paginado) es 9/3917».

Como se sabe, no Fundo Geral de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa existe, com o nº 476, cópia desse manuscrito, intitulado *Inscripcioens Lapidares de Varias Cidades Villas e Lugares do Reino de Portugal Colligidas por Dom José Cornide*, que, segundo A. Vieira da Silva (*Epigrafia de Oisipo*, Lisboa, 1944, p. 298), poderá ser extracto do relato da viagem feita por D. Francisco Peres Bayer. Ou vice-versa, pensamos nós, atendendo a que o manuscrito nº 342, que

Sabe-se que o «cippus» foi identificado por volta do ano de 1797 e que um outro manuscrito, a que Hübner teve acesso mais tarde, da autoria de Langsdorff, traz, na folha 12, além da informação do material («granitstein», 'pedra de granito'), o desenho do cipo: «cippus depingitur rosa ornatus» (CIL II, p. L), ou seja, que havia como decoração uma rosácea, o que em nada destoa do que é habitual nas estelas da região<sup>5</sup>.

Por intercessão de Armín U. Stylow, que muito agradecemos, lográmos obter fotocópia do manuscrito de Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), que se encontra na Niedersächsische Staats-und Universitätsbibliothek, de Göttingen, com a cota 8º Cod. Ms. hist. 39. Na folha 13 (e não 12, como Hübner escrevera) vem o desenho – que apresentamos (fig. 1) – com a rosácea hexapétala inscrita num círculo e, sem dúvidas, AMOENVS na primeira linha; na linha 3, a leitura SESTI, com o T mais elevado, justifica-se plenamente, dado que as barras inferiores dos LL e os pontos interliterais não estão muito visíveis (vide fig. 2).

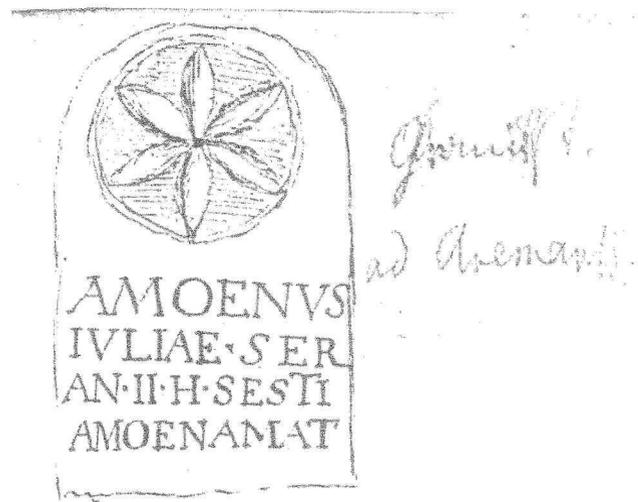


Fig. 1

<sup>5</sup> é precisamente o *Diário das Primeiras Viagens que Fez pelas Terras de Portugal D. Francisco Peres Bayer(...)* explicita que é «cópia de um manuscrito que tem D. José Cornide de Saavedra».

<sup>5</sup> Vide IRCP, p. 826.

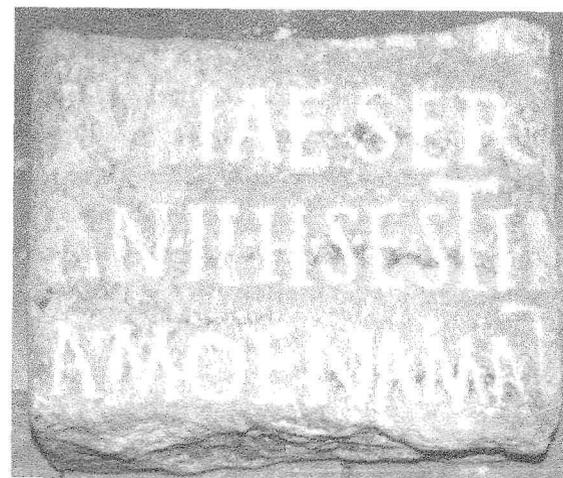


Fig. 2

Estaria, pois, a estela praticamente completa ou mesmo completa aquando do seu achamento: o desenho não mostra a parte inferior sem inscrição, mas compreende-se que Langsdorff apenas tenha querido mostrar o que era importante do ponto de vista gráfico. Levou depois tratos de polé; decerto a partiram para reutilização como material de construção; e já Hübner a não viu; e o Pe Eugénio Jalhay, quando, em meados da década de 40 do século passado, se debruçou sobre as epígrafes de *Ammaia*, continuou a atribuir-lhe paradeiro desconhecido<sup>6</sup>. Hoje, com alguma felicidade, sabemos que está a bom recato.

Na verdade, tínhamos informação, desde Março de 1985, que José Gomes Esteves, que então residia em Nisa, possuía dois fragmentos de outras tantas «pedras romanas com inscrição que muito gostosamente» punha à nossa disposição para estudo. De então para cá, diligências várias se fizeram, ano após ano, no sentido de se proceder a esse estudo, mediante interpostas pessoas que nunca tiveram ensejo de contactar com o proprietário das peças. Tal desiderato foi, enfim, conseguido, em Setembro de 1996, por José Rafael Correia da Silva: o Dr. José Fernando Gomes Esteves, então Director Regional de Saúde Pública, filho de José Gomes Esteves, amavelmente o acompanhou

<sup>6</sup> «Epigrafia amaiense. Contribuição para o estudo de Aramenha romana (concelho de Marvão)», *Brotéria* 45 1947 627.

a Marvão, a casa que seu pai tinha no Largo de Camões, onde as referidas peças se encontravam<sup>7</sup>.

Segundo informação do proprietário, as epígrafes, provenientes da cidade de *Ammaia*, sita na freguesia de S. Salvador de Aramenha, concelho de Marvão, distrito de Portalegre<sup>8</sup>, haviam-lhe sido oferecidas «há mais de trinta anos».

Duma delas, inédita, damos informação pormenorizada no volume 67 (2001) do *Ficheiro Epigráfico*. Sobre a outra, que é, de facto, de granito da região, propomo-nos tecer, agora, algumas considerações, possibilitadas pelo achamento da peça, nomeadamente no que à sua descrição e ao seu valor documental diz respeito.

O fragmento de que dispomos – com (30,5) x 41 x 16,5 cm – contém a maior parte do texto. Só da l. 1, onde se lia AMOENVVS, é que apenas restam, na parte final, os vestígios de letras indecifráveis.

A leitura apresentada corresponde ao que ainda hoje se observa<sup>9</sup>, inclusive no pormenor do T sobrelevado:

[AMOENVVS] / IVLIAE · SER(*vus*) / AN(*norum*) · II (*duorum*) · H(*ic*)  
· S(*itus*) · E(*st*) · S(*it*) · T(*ibi*) · T(*erra*) · L(*evis*) / AMOENA · MAT(*er*)

*Aqui jaz Ameno, de dois anos. Que a terra te seja leve. Amena, a mãe.*

Altura das letras: 6,5 (T = 8).

<sup>7</sup> Agradecemos ao Dr. José Fernando todas as facilidades concedidas. À memória de seu pai, já falecido, que foi Chefe de Secretaria da Câmara Municipal de Marvão, dedicamos este trabalho.

<sup>8</sup> Nesta importante cidade romana, com orientação dos professores Vasco Mantas, J. Javier Navascués e Jorge de Oliveira, está a ser concretizado, desde 1994, um projecto de intervenção arqueológica em larga escala, sob os auspícios da Fundação Cidade de Ammaia. Vide, a este propósito, por exemplo: Vasco Gil MANTAS, «A sociedade luso-romana do município de *Ammaia*», *Sociedad y Cultura en Lusitania Romana*, Mérida, 2000, p. 392.

<sup>9</sup> A fotografia que juntamos foi a única possível até ao momento, tendo sido o contraste obtido por utilização de farinha sobre a superfície, que, em seguida, cuidadosamente se limpou para ficar apenas nos sulcos das letras.

Poderíamos imaginar uma linha mais com a fórmula final – F(*aciendum*) C(*uravit*). Se partirmos do princípio de que o monumento deve ter sido visto completo no século XVIII, será, no entanto, preferível optar por não se prever essa hipótese.

Paginação cuidada, de acordo com a lógica e o sentido do texto: identificação do defunto na primeira linha (que desapareceu); explicitação do seu estatuto na l. 2; menção da idade e fórmulas finais na l. 3; identificação da dedicante na l. 4. O *ordinator* recorreu ao uso da pontuação (de pontos circulares, pequenos) onde era de regra. A presença prévia de linhas auxiliares está patente nos ‘coroamentos’ das letras, a sublinharem uma notável linearidade. Utilização do expediente de gravar a barra dos T no espaço interlinear, de modo a obter-se maior uniformidade no espaçamento interliterar, o que confere ao conjunto um agradável aspecto de boa organização espacial.

Os caracteres são actuários, com predomínio da verticalidade, gravados a badame, que lhes deu o habitual corte em bisel. A fechado, um tudo-nada inclinado para trás; S simétrico; E de barras levemente alevantadas; R feito a partir do P mediante a junção da perna, que é bem lançada para diante em curva. Um monumento saído, sem dúvida, da mesma oficina que o outro oferecido ao Prof. José Gomes Esteves.

Em IRCP 622 (p. 684) já se fizeram alguns comentários ao texto<sup>10</sup>. Haverá, contudo, dois ou três aspectos que, na circunstância, deverão ser realçados.

Em primeiro lugar, atente-se na tenra idade do defunto. Não constitui o monumento prova de que, entre os Romanos, fosse grande a mortalidade infantil. Não se nega que o pudesse ter sido, como é natural; mas a maior ou menor abundância de epitáfios de crianças prende-se mais com factores sociopsicológicos do que com questões demográficas propriamente ditas<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Vasco Gil Mantas (art. cit., p. 404) refere-se também a esta inscrição com base em IRCP 622, comentando apenas que a simplicidade do texto «diz-nos muito sobre o sistema».

<sup>11</sup> M. CLAUSS afirma peremptoriamente essa impossibilidade de, através das inscrições, se fazerem estudos sobre a mortalidade infantil: cf. «Les problèmes de la statistique de l'âge d'après les inscriptions funéraires romaines», *Antiquités Africaines* 9 1975 111.

Assinale-se, no entanto, que não é nada frequente a ocorrência de menções epigráficas a escravos de tão pouca idade – o que confere ao monumento de *Ammaia* uma importância complementar.

É a mãe quem manda erigir o epitáfio. Nascida em cativo – a mãe seria, ela própria, escrava – a criança não tinha oficialmente um pai. Poderia, contudo, ter sido omitido o seu estatuto social, inclusive atendendo ao facto de ter falecido com, apenas, dois anos de idade. Tal não aconteceu, porém. A mãe fez questão de o mandar immortalizar no epitáfio: seu filho era «escravo de Júlia». E interessará reflectir sobre a aparente contradição verificada: ser escravo era ignomínia, gravá-la para todo o sempre seria... masoquismo? Julgamos bem que não. Júlia era, seguramente, senhora de importantes posses, de elevado estatuto social. Aliás, não pertencia ela a um dos ramos (nunca saberemos qual) da bem tradicional *gens Iulia*, estreitamente ligada – mais não fosse que somente pela onomástica – à família imperial?<sup>12</sup> Não haveria, pois, motivo para vergonha.

Aliás, nascera Ameno – e o nome detém ressonâncias de meiguice, de ternura, de bebé sossegado e benquisto... – em berço que, não sendo de ouro, também não deveria estar privado de algum conforto e carinho. Parira a escrava – e quem poderia ser o pai? Amena ela se chamava também, por logo desde o princípio ter caído, decerto, nas boas graças do senhor que a comprara. E Júlia terá tido, disso não haja dúvida, intervenção directa em lhe mandar erguer sobre a sepultura bonita estela, ornada, lá no alto, de uma rosácea estilizada – a perpetuar na pedra, séculos afora, aquele doloroso gesto que, um dia, ao fim da tarde, mãe e senhora fizeram, cobrindo de frescas e viçosas flores a campa de quem, por vontade dos Fados, fora botão colhido antes do tempo de florir.

<sup>12</sup> Vasco Gil Mantas, no citado artigo (p. 402), sublinha a relevância desta família, inclusive por ter no seu seio um flâmine provincial: *C. Iulius Vegetus* (IRCP 617). Aproveite-se o ensejo para dar conta do reaparecimento desta epígrafe (informação que agradecemos a Vasco Mantas), o que veio permitir leitura correcta do cognome da dedicante: é *Severa* e não o estranho *Staфра* que fora transmitido pelas fontes; quanto ao gentílico, a dúvida mantém-se, embora *Propinia* se afigure, na verdade, a hipótese mais viável.

PEDRO CORREA  
Universidade de Granada

PÍRAMO Y TISBE EN LA OBRA DE ALFONSO X

ABSTRACT

It is in the XIII century that we find the first translation of the legend of Piramus and Thisbe. Following the tradition of that time, the Ovidian fable serves as an example and punishment according to the moralizing intention spread throughout the Middle Age. We have here a translation full of amplifications, interpretations and abbreviations from the original, which adapt it to the spirit of a historical piece of work as indeed is the *General Estoria*.

La versión española más antigua es la inserta en la *General Estoria* mandada componer por Alfonso X<sup>1</sup>. La fábula de Píramo y Tisbe, como parte de una obra mayor, no puede ni debe ser considerada como una simple traducción de un original ovidiano, cuyo manuscrito es difícil de identificar por encontrarse su contenido incurso en constantes amplificaciones. El recopilador nos lleva a través de la identificación de

<sup>1</sup> *General Estoria. Segunda parte*. Edición de Antonio García Solalinde, Llyod A. Kasten y Víctor R.B. Oëlschläger, Tomo I. Madrid, C.S.I.C., 1957-1961, 2 vols., p. 195-201. Con respecto a la versión ovidiana de la *Metamorfosis* dice A. RUIZ DE ELVIRA en el vol. I de su